



DIÁRIO DO GOVERNO

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa à assinatura do *Diário do Governo* e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódicos que trocarem com o mesmo *Diário*.

ASSINATURAS		
As 3 séries	Ano 18\$	Semestre 9\$50
A 1.ª série	" 8\$	" 4\$50
A 2.ª série	" 6\$	" 3\$50
A 3.ª série	" 5\$	" 2\$50

Avulso: até 4 pág., \$04; cada fl. de 2 pág. a mais, \$02

O preço dos anúncios é de \$06 a linha, acrescido de \$01 de selo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

SUMÁRIO

Ministério da Guerra:

- Decreto n.º 2:618, autorizando aos aspirantes a oficiais milicianos, nomeados em conformidade com o preceituado no artigo 9.º do decreto n.º 2:367 e no § 3.º do artigo 3.º do decreto n.º 2:384, o abono de uma ajuda de custo para os auxiliar na aquisição de uniformes, armamento e equipamento.
- Decreto n.º 2:619, determinando que sejam excepcionalmente feitas durante o estado de guerra, em todas as armas e serviços do exército e em todos os postos, as promoções necessárias para satisfazer às exigências do serviço de campanha.
- Decreto n.º 2:620, dando nova redacção aos §§ 3.º e 4.º do artigo 3.º do decreto n.º 2:384, de 12 de Maio de 1915, acêrca da situação dos alunos das Faculdades de Medicina e da Escola de Medicina Veterinária, e inserindo outras disposições sobre o mesmo assunto.
- Decreto n.º 2:621, restabelecendo na Ilha Terceira as garantias constitucionais suspensas pelo decreto n.º 2:351, de 20 de Abril de 1916, e levantando o estado de sitio estabelecido pelo mesmo decreto.
- Decreto n.º 2:622, criando uma Escola de Aplicação de Administração Militar, destinada à instrução técnica dos oficiais e tropas de administração militar, à realização dos respectivos cursos técnicos, e ao funcionamento da escola preparatória dos oficiais milicianos do mesmo serviço, e regulando o seu funcionamento.
- Portaria n.º 774, aprovando e pondo em execução as instruções para exercícios de acção dupla e arbitragem anexas à mesma portaria.
- Decreto n.º 2:623, determinando que todos os indivíduos até os quarenta e cinco anos de idade, com o curso de medicina, mesmo os julgados incapazes pelas juntas de recrutamento, quer tendo ou não defendido tese, e que não se tenham ainda apresentado à autoridade militar com os documentos prescritos na legislação em vigor, sejam obrigados a apresentar-se no prazo de dez dias nos quartéis gerais das divisões do exército, em cuja área se encontrem residindo, a fim de serem inspecionados pelas respectivas juntas hospitalares de inspecção.
- Portaria n.º 775, estabelecendo as normas a seguir para serviço de fiscalização à contabilidade e gerência dos conselhos administrativos das unidades e estabelecimentos militares.
- Instruções a que se refere a supracitada portaria.

Nota.—Com este *Diário* é distribuído um suplemento ao *Diário do Governo* n.º 179, de 4 de Setembro, contendo os seguintes diplomas:

Ministério das Colónias:

- Decreto n.º 2:609-R, inserindo várias disposições acêrca dos contratos de fornecimentos de géneros alimentícios e outros artigos destinados às expedições militares coloniais, enquanto durar o estado de guerra.
- Decreto n.º 2:609-S, substituindo o n.º 2.º do artigo 10.º do regulamento para a capitania dos portos do território de Manica e Sofala, aprovado por decreto de 28 de Junho de 1909.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

DECRETO N.º 2:618

Sendo a ajuda de custo de 100\$, a que se refere o artigo 5.º da lei orçamental de 31 de Agosto de 1915, destinada a auxiliar os alferes milicianos, promovidos a este posto depois da publicação da referida lei, na aquisição de uniformes, armamento e equipamento, e atendendo a que os aspirantes a oficiais milicianos, nomeados em conformidade com o disposto no artigo 9.º do decreto n.º 2:367, de 4 de Maio último, se vêem forçados a efectuarem, antecipadamente à sua promoção ao posto de alferes miliciano, as despesas de que se trata;

Hei por bem, atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e usando da competência que me é concedida pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Aos aspirantes a oficial milicianos, nomeados em conformidade com o preceituado no artigo 9.º do decreto n.º 2:367 e no § 3.º do artigo 3.º do decreto n.º 2:384, ambos de 4 de Maio de 1916, será abonada, por uma só vez, uma ajuda de custo de 100\$ para os auxiliar na aquisição de uniformes, armamento e equipamento; ficando sem direito à que lhe competiria pela sua promoção ao posto de alferes miliciano, nos termos do artigo 5.º da lei de 31 de Agosto de 1915.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1916. — BERNARDINO MACHADO — Afonso Costa — Brás Mousinho de Albuquerque — Luís de Mesquita Carvalho — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Augusto Luís Vieira Soares — Francisco José Fernandes Costa — Joaquim Pedro Martins — António Maria da Silva.

DECRETO N.º 2:619

Não existindo em alguns postos das diferentes armas e serviços do exército o número necessário de oficiais para satisfazer às actuais exigências do serviço militar; sendo urgente tomar providências para a completa e perfeita execução do mesmo serviço; atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e usando da autorização concedida pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916; hei por bem decretar, para vigorar enquanto durar o estado de guerra, o seguinte:

Artigo 1.º Serão excepcionalmente feitas durante o estado de guerra, em todas as armas e serviços do exército

e em todos os postos, as promoções necessárias para satisfazer às exigências do serviço de campanha e à medida que tais exigências se forem manifestando.

Art. 2.º Os oficiais serão promovidos nos termos da legislação em vigor, e os que excedam os respectivos quadros ficarão supranumerários nesses quadros, entrando neles à medida que se forem dando vagas.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Guerra assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *Afonso Costa* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

Repartição do Gabinete

DECRETO N.º 2:620

Considerando que os §§ 3.º e 4.º do artigo 3.º do decreto n.º 2:384, de 12 de Maio findo, estão redigidos de forma incompleta e pouco explícita, atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e usando das autorizações concedidas pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916: hei por bem, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os §§ 3.º e 4.º do artigo 3.º do decreto n.º 2:384, de 12 de Maio de 1916, passarão a ter a seguinte redacção:

«§ 3.º Os alunos que tiverem os 3.º e 4.º anos completos do curso transitório de medicina das universidades do continente ou tenham sido aprovados nos exames que constituem o 1.º grupo do curso definitivo de medicina e os alunos dos 3.º e 4.º anos do curso da escola de veterinária de Lisboa serão promovidos, respectivamente, a aspirantes a oficiais médicos e veterinários milicianos.

§ 4.º Todos estes alunos assim como os que não tiverem as habilitações exigidas para a promoção ao posto de aspirante a oficial frequentarão, onde e quando lhes for determinado, um curso prático de enfermeiros ou de enfermeiros hípicas».

Art. 2.º As praças, com graduação inferior a aspirante a oficial, usarão em passadeira de pano preto, nas platinas do dólman, estrêlas de metal dourado indicativas do ano que frequentam e o emblema da respectiva classe.

Art. 3.º Este decreto entra desde já em vigor.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *Afonso Costa* — *Brás Mousinho de Albuquerque* — *Luis de Mesquita Carvalho* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos* — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho* — *Augusto Luis Vieira Soares* — *Francisco José Vieira Soares* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Joaquim Pedro Martins* — *António Maria da Silva*.

DECRETO N.º 2:621

Tendo cessado as principais razões da necessidade de suspensão de garantias na Ilha Terceira; atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e ouvido o Conselho de Ministros; hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São restabelecidas na Ilha Terceira as garantias constitucionais suspensas pelo decreto n.º 2:351, de 20 de Abril de 1916, e levantado o estado de sítio estabelecido pelo mesmo decreto.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da Repú-

blica, 13 de Setembro de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *Afonso Costa* — *Brás Mousinho de Albuquerque* — *Luis de Mesquita Carvalho* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos* — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho* — *Augusto Luis Vieira Soares* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Joaquim Pedro Martins* — *António Maria da Silva*.

1.ª Direcção Geral

4.ª Repartição

DECRETO N.º 2:622

Considerando os magníficos resultados e as conhecidas vantagens que os oficiais e tropas das diferentes armas do exército tem colhido com a frequência das respectivas escolas de aplicação;

Considerando que a grave responsabilidade e o pesado encargo, consequências naturais da importante acção desempenhada nos exércitos modernos, mormente no estado de guerra, pelos serviços de administração exigem que, na instrução dos oficiais e tropas do mesmo serviço, haja o máximo cuidado e não se despreze nenhum elemento nem se descure qualquer minúcia que possa concorrer para o seu aperfeiçoamento;

Considerando que essa instrução não pode ser tam perfeita e completa quanto é necessário enquanto não existir um organismo próprio encarregado de a centralizar e ministrar segundo um critério seguro e uma orientação homogénea que siga dia a dia todos os aperfeiçoamentos feitos e inovações efectuadas;

Tendo em atenção o que me foi proposto pelo Ministro da Guerra, ouvido o Conselho de Ministros, e usando das autorizações concedidas ao Governo pelas leis n.º 343, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criada uma Escola de Aplicação de Administração Militar destinada à instrução técnica dos oficiais e tropas de administração militar, à realização dos respectivos cursos técnicos, e ao funcionamento da escola preparatória dos oficiais milicianos do mesmo serviço.

Art. 2.º A Escola de Aplicação de Administração Militar tem por fim:

1.º Ministrare aos oficiais de administração militar e do quadro auxiliar de administração militar, sargentos e mais praças das tropas do mesmo serviço, a instrução prática dos trabalhos técnicos de campanha da sua especialidade.

2.º Desenvolver a instrução prática dos trabalhos de administração militar de campanha e, em geral, a instrução profissional do serviço dos aspirantes a oficial que tiverem concluído o curso de administração militar na Escola de Guerra.

3.º Habilitar os graduados para o desempenho das diversas especialidades dos serviços de administração militar.

4.º Efectuar o estudo e experiência do material de subsistências, transportes ou qualquer outro utilizado em campanha no serviço de administração militar.

5.º Estudar os assuntos relativos ao serviço de administração militar e propor à comissão técnica respectiva as modificações a introduzir no material e nos regulamentos das tropas do mesmo serviço.

6.º Ensaíar os aperfeiçoamentos cujo exame lhe for incumbido relativamente ao material de guerra, fardamento e todos os serviços privativos de administração militar.

Art. 3.º Para efeitos de instrução, a Escola fica su-